

FEMINISMOS, TEORIAS QUEER E O ESTUDO ARQUEOLÓGICO  
DE SEXUALIDADES PASSADAS<sup>1</sup>

Barbara L. Voss  
Lídia dos Santos Ferreira de Freitas<sup>2</sup> (Tradução)  
Camila Azevedo de Moraes Wichers<sup>3</sup>(Tradução)

RESUMO

A Arqueologia enfrenta o desafio singular de esticar as teorias sociais da sexualidade em novas direções cronológicas e metodológicas. Este ensaio utiliza uma análise de práticas citacionais para considerar como as teorias *queer* e feminista se articulam com investigações arqueológicas sobre sexualidade. Tanto a teoria *queer* quanto as práticas arqueológicas feministas aparecem como ferramentas poderosas que podem ser usadas para expandir interpretações arqueológicas de gênero e sexualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; teoria *queer*; feminismo; história da Arqueologia.

*Há outra função social do gênero a ser considerada, que é marcar socialmente as/os parceiras/os sexualmente apropriadas/os. Se o leitor aceita essa função social do gênero, então uma arqueologia do gênero é uma arqueologia da sexualidade (Claassen, 1992b).*

*Gênero está fora – sexo está dentro (grafite de rua, Çatalhöyük, Turquia, 1998).*

<sup>1</sup>(NT) Publicação original: *Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities, World Archaeology, Queer Archaeologies - Vo1. 32(2), 2000, p. 180-192.*

<sup>2</sup>(NT) Graduada em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Goiás. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás.

<sup>3</sup>(NT) Professora Adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Goiás.

Faz oito anos desde que Claassen observou que a sexualidade está intrinsicamente ligada ao estudo arqueológico de gênero no passado, mas, até recentemente, apenas algumas/alguns poucas/os arqueólogas/os<sup>4</sup> consideraram seriamente como o registro arqueológico pode ser utilizado para produzir conhecimento sobre sexualidades passadas. Felizmente, nos últimos três anos essa situação mudou significativamente. Há, emergindo agora, um *corpus* razoável de discursos sobre a sexualidade e o registro arqueológico, uma constelação de publicações recentes e teses que demonstram que uma gama cada vez maior de tópicos sobre sexualidade pode ser investigada e interrogada através da pesquisa arqueológica.

Uma revisão de estudos arqueológicos sobre sexualidade é, de certa forma, prematura, pois (a despeito da afirmação eloquente de uma/um arqueóloga/o anônima/o de que “sexo está dentro”<sup>5</sup>), o empreendimento ainda é controverso e contestado. Ainda assim, mesmo neste momento inicial, é evidente que investigações arqueológicas sobre sexualidade estão sendo informadas e influenciadas por diversas e distintas – algumas vezes antagônicas – tradições intelectuais. Neste artigo, eu considero, particularmente, como a arqueologia feminista e a teoria *queer* se articulam com investigações arqueológicas sobre sexualidade. Para fazer isso, eu volto no tempo, como arqueólogas/os são convocadas/os a fazer, e discuto a gênese tanto da arqueologia feminista quanto da teoria *queer* nos anos 1980 e 1990, examinando sua relação uma com a outra através de uma análise de práticas citacionais em arqueologia. Essa discussão não só contribui para uma revisão da pesquisa arqueológica sobre sexualidade, mas também em direção a discussões sobre a sociologia do conhecimento na Arqueologia.

## ARQUEOLOGIAS FEMINISTAS: GÊNERO, *STATUS* E A DIVISÃO DO TRABALHO

O surgimento da arqueologia feminista é geralmente atribuído à publicação de

<sup>4</sup>(NT) Reconhecemos as limitações desta tradução em relação à neutralidade de gênero.

<sup>5</sup>(NT) Na publicação original a expressão aparece como “sex is in”. Em língua inglesa, a preposição *in* pode assumir o significado de “dentro”, mas também de “na moda” ou “em evidência no momento”, o que traz um duplo sentido para a citação.

*Archaeology and the study of gender* (Conkey; Spector, 1984). Ao final dos anos 1980, simpósios, oficinas e conferências reuniram pesquisadoras/es interessadas/os em integrar arqueologia, teoria feminista, estudos sobre mulheres e a interpretação de um passado gendrado<sup>6</sup>. Uma proliferação de publicações se seguiu, incluindo o volume editado *Engendering Archaeology* (Gero; Conkey 1991), cinco anais de conferências (Balme; Beck, 1995; Claassen, 1992a; Du Cros; Smith, 1993; Miller, 1988; Walde; Willows, 1991), uma edição especial de *Historical Archaeology* (Seifert, 1991), e várias monografias sobre o tópico (ex. Ehrenberg, 1989; Gilchrist, 1994; Spector, 1993; Wall, 1994). Nem todas/os as/os pesquisadoras/es envolvidos nesses projetos necessariamente se identificavam ou ao seu trabalho como “feminista” (Wylie, 1997b). Comentários recentes têm se referido a esse corpo de literatura, portanto, como “mulherista” ou como arqueologia “de gênero” (ex. Joyce; Claassen, 1997; Gilchrist, 1999; Nelson, 1997; Wright, 2000). Essas/es comentadoras/es e outras/os estão corretas/os em enfatizar que a pesquisa sobre mulheres ou sobre gênero não é automaticamente “feminista”. No entanto, eu acredito que a maioria dos trabalhos listados acima podem ser corretamente descritos como “inspirados no feminismo”, informados pelo pensamento feminista popular, político e/ou acadêmico. Adicionalmente, a prática feminista em Arqueologia certamente não tem estado limitada à pesquisa sobre mulheres ou gênero (Conkey; Wylie, 1999; Wylie, impresso). Por causa disso, para o propósito deste artigo, eu escolhi me referir a esse conjunto de estudos como “arqueologia feminista”.

O desenvolvimento desse corpo diverso de arqueologias feministas e “inspiradas no feminismo” ocorreu em um momento quando a política e a teoria feministas nos Estados Unidos e em outros lugares estavam em uma encruzilhada. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando Conkey e Spector estavam redigindo seu manifesto de 1984, a política feminista norte-americana estava focada naquilo que à época parecia ser a opressão universal das mulheres pelo patriarcado. Embora a natureza e os mecanismos exatos da opressão patriarcal fossem debatidos, esse foco era geralmente (mas, é claro, não completamente) compartilhado pelos feminismos marxista, socialista, radical, liberal e cultural daquele tempo (Jagger, 1983). Tanto nas humanidades quanto nas outras ciências, a omissão das experiências e das conquistas das mulheres no discurso acadêmico e

<sup>6</sup>(NT) Referente a gênero, generificado.

popular foi identificada como um dos mecanismos pelos quais a ideologia patriarcal se replicava, privilegiando a experiência masculina. Intelectuais feministas na Antropologia e em outras disciplinas, então, priorizaram pesquisas que documentassem as experiências das mulheres transculturalmente, especialmente em relação a papéis de gênero e as formas como o patriarcado agia sobre a vida das mulheres (Rosaldo; Lamphere, 1974; Rubin, 1975; Reiter, 1975).

Informado por esse clima acadêmico e político, o artigo de Conkey e Spector de 1984 apresentava uma crítica substancial ao androcentrismo na Arqueologia. Elas reivindicavam novas abordagens na interpretação arqueológica que promovessem modelos inclusivos de gênero no passado, que questionassem a universalidade de uma rígida divisão sexual do trabalho, e que desafiassem as formas como as atividades supostamente masculinas são mais valorizadas do que aquelas que se acredita terem sido desempenhadas por mulheres. Dessa forma, a teoria feminista seria usada na Arqueologia para combater os efeitos do sexismo dos dias atuais sobre as interpretações arqueológicas. Simultaneamente, o estudo crítico de gênero no passado proveria novas informações sobre a história de longo prazo das relações de gênero. Essa agenda principal foi reiterada posteriormente por Conkey e Gero, em 1991, na obra que organizaram, *Engendering Archaeology*, com o objetivo adicional de problematizar “pressupostos subjacentes sobre gênero e diferença” (Conkey; Gero, 1991, p. 5). Durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, esses objetivos foram adotados largamente pela maioria das/os pesquisadoras/es que identificavam sua pesquisa como arqueologia feminista, arqueologia de gênero ou arqueologia das mulheres. É válido, talvez, ressaltar que esses objetivos gerais da arqueologia feminista são amplamente congruentes com as intervenções feministas nas ciências sociais em geral (Harding, 1986, 1987; Wylie, 1992, 1997a).

Como o artigo de Conkey e Spector de 1984 foi utilizado vastamente como uma agenda central para os estudos da arqueologia feminista pela década seguinte, o clima político e intelectual no qual elas o escreveram afetou expressivamente a forma como a sexualidade tem sido abordada dentro das interpretações arqueológicas. A maioria dos primeiros estudos em Arqueologia que adotaram conscientemente uma abordagem feminista enfatizaram a divisão sexual (ou de gênero) do trabalho e indícios de status de gênero, uma ênfase tipificada pelo quadro de diferenciação de tarefas de Spector (Conkey; Spector, 1984; Spector, 1991).

Havia uma ênfase particular em “encontrar” mulheres no registro arqueológico através da denúncia de métodos e interpretações androcêntricos, e do destaque das contribuições das mulheres no passado (ex. Brumfiel, 1991; Gero, 1991; Wright, 1991). Ao mesmo tempo, muitos estudos utilizaram uma abordagem materialista que enxergava as mulheres como uma classe de gênero, tentando compreender como condições identificadas arqueologicamente – como mudança ambiental, formação do Estado ou a introdução da agricultura – intensificaram ou modificaram o *status* das mulheres (ex. Claassen, 1991; Hastorf, 1991; Watson; Kennedy, 1991). A proeminência da pesquisa materialista e empiricista na arqueologia feminista norte-americana tem sido discutida em outros lugares (ex. Gilchrist, 1999: cap. 3; Nelson, 1997: cap. 5; Wylie, 1996: pp. 320–325) e é atribuível tanto ao paradigma então dominante da “Nova Arqueologia” quanto à ênfase na teoria política socialista no feminismo norte-americano do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Essas ênfases compartilhadas nos primeiros estudos arqueológicos feministas tiveram implicações importantes para a forma como questões de sexualidade começaram a ser discutidas na interpretação arqueológica. Arqueólogas/os feministas geralmente utilizavam o modelo do sistema sexo/gênero, onde gênero é tomado como a expressão cultural do sexo biológico (Rubin, 1975). Dentro desse enquadramento, a sexualidade é geralmente vista como derivada do gênero, um de vários aspectos da vida social que é estruturado pelos sistemas de sexo/gênero. Como resultado, para parafrasear Brumfiel (1992), durante a primeira década da prática arqueológica feminista “gênero ... [roubou] a cena”. A pesquisa arqueológica feminista raramente abordava o tópico da sexualidade, tratando-a predominantemente como uma função do gênero, e não como um aspecto distinto das relações sociais (ver Rubin, 1984: p. 309, para uma discussão geral desse ponto). Por exemplo, o casamento heterossexual foi examinado por várias arqueólogas feministas como *locus* para a organização de gênero do trabalho (o que, é claro, ele frequentemente é), mas apenas raramente foi considerado como o casamento se relaciona com a regulação e a expressão da sexualidade (ex. Deagan, 1983; Gibb; King, 1991; Jackson, 1991; Wall, 1994; Wright, 1991).

Destacando essas tendências, eu não estou sugerindo que os objetivos iniciais de projetos arqueológicos inspirados pelo feminismo afetaram negativamente a interpretação arqueológica da sexualidade. Pelo contrário, ao

ressaltar gênero como um objeto da pesquisa arqueológica e colocar em primeiro plano as relações interpessoais como uma arena da ação social, as intervenções feministas na Arqueologia criaram um clima intelectual no qual a pesquisa em sexualidade se tornou cada vez mais viável. Como, exatamente, as prioridades e convenções das práticas arqueológicas feministas vieram a influenciar as investigações arqueológicas sobre sexualidade é, contudo, de grande interesse, e um tópico para o qual eu retornarei posteriormente neste artigo.

## **GUERRAS SEXUAIS, AIDS E TEORIA QUEER: A SEXUALIDADE SE MOVE PARA FRENTE E PARA O CENTRO**

Durante o surgimento de arqueologias feministas nos anos 1980 e início dos anos 1990, a política feminista norte-americana negociava uma série de crises epistemológicas que deslocaram a atenção feminista para um exame das diferenças entre as mulheres. Entre outras questões, como raça e classe, intelectuais e ativistas feministas assumiram projetos que teorizavam a sexualidade de formas marcadamente diferentes dos tratamentos prévios dados ao tópico, como uma forma de extensão do gênero. Ao final dos anos 1970, trabalhos de intelectuais gays e lésbicas (ex. Katz, 1976; Rowbotham; Weeks, 1977; Smith-Rosenberg, 1979; Weeks, 1977), a tradução inglesa da obra de Foucault *História da Sexualidade*<sup>7</sup> (1978) e, na Antropologia, a publicação de *Sexual Meanings* (1981), de Ortner e Whitehead, desafiaram a noção feminista convencional sobre a primazia do gênero como vetor de opressão. No início da década de 1980, a sexualidade havia se tornado um ponto crítico do debate feminista (as chamadas “guerras sexuais”) e a relação entre sexualidade, patriarcado e libertação foi fortemente disputada (Rubin, 1984; Vance, 1984; Duggan; Hunter, 1995). Homossexualidade, pornografia, sadomasoquismo, prostituição, monogamia, estupro, promiscuidade, relações *butch-femme*, sexo interracial e intergeracional – essas e outras práticas sexuais se tornaram tópicos de destaque do discurso escrito e de fóruns públicos, muitas vezes hostis. Simultaneamente, a emergente pandemia de AIDS projetou as práticas sexuais masculinas entre o mesmo sexo, e também o sexo comercial, para o debate público explícito, através da medicina, saúde pública e movimentos ativistas, trazendo para a

<sup>7</sup> (N.T) Obras que já possuem versão em português estão citadas em língua portuguesa no corpo desta tradução, sendo mantidas nas referências em sua forma original, como citadas pela autora.

grande imprensa e para a mídia televisiva a cobertura sobre distribuição de preservativos, prostituição, sexo oral e anal, e sexo público (1). Discussões sobre a política da sexualidade durante o início e o meio da década de 1980 eram, por vezes, amargas (ver, por exemplo, a discussão de Vance (1984) sobre a conferência de 1982 em Barnard College, ou a história pictórica do *ACT UP*, de Crimp e Roston, em 1990), mas seria um erro caracterizar esse período apenas como uma era de debate conflituoso. Como Rubin (1984, p. 267) exortou, “chegou a hora de pensar sobre sexo”, e pensar sobre sexo era precisamente o que muitas/os pesquisadoras/es, escritoras/es, ativistas feministas, lésbicas e gays fizeram. O que emergiu foi uma percepção de que as teorias de gênero não eram completamente adequadas para abordar sexualidade, seja como prática social ou como vetor de opressão (Vance, 1984), que “é essencial separar gênero e sexualidade analiticamente para refletir com mais precisão sua existência social distinta” (Rubin, 1984, p. 308). Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o chamado para desenvolver teorias da sexualidade estava sendo atendido por um crescente leque de literatura que abordava a posição política e cultural de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, trabalhadoras/es do sexo, sadomasoquistas e outros – um diverso conglomerado de “minorias” sexuais que eram crescentemente identificadas como “*queer*” (De Lauretis, 1991). *Epistemologia do armário* (1990), de Sedgwick, *Problemas de gênero* (1990) e *Corpos que importam* (1993a), de Butler, *Fear of a Queer Planet* (1993), de Warner, e dois volumes especiais de *Differences* (vol. 5, n. 2 e vol. 6, n. 2 e 3), todos sinalizavam a consolidação de uma abordagem de teorização sobre sexualidade que atravessava as linhas do gênero, integrando (mas não colapsando) as teorias sexuais relacionadas à masculinidade e feminilidade, e à heterossexualidade e homossexualidade.

Acima de tudo, a emergência da teoria *queer* dentro da academia marcou uma virada radical em direção ao posicionamento de identidades sexuais abjetas e estigmatizadas como importantes pontos de entrada para a produção de conhecimento (Butler, 1993b). Um movimento para desestabilizar categorias de sexo e gênero era e ainda é parte integral desse processo. A adoção do termo inclusivo “*queer*” refletia a rejeição de categorias sexuais taxonômicas (por ex. homossexual, heterossexual, fetichista, pederasta), que haviam sido inicialmente estabelecidas através do discurso sexológico do final do século 1800 e início de 1900 (cf. Bland; Doan, 1998). Ao contrário, o termo “*queer*” reflete um ponto de vista inclusivo baseado

na diferença de ou oposição à ideologia da heteronormatividade (Warner, 1993). Logo, a teoria *queer* e a política *queer* representam um momento crítico na história da sexualidade ocidental, onde minorias sexuais e desviantes que eram previamente definidas por *status* legais e diagnósticos médicos/psicológicos, estão agora criando uma identidade de grupo, sempre contestável e renegociável, baseada na diferença em relação à norma – em outras palavras, uma versão pós-moderna da política de identidade (cf. Butler, 1993a, p. 21). Essencial para essa mobilização pós-estruturalista de oposição é o princípio de que o que é “normativo” é na verdade construído através da referência ao desvio. Assim, é o desviante que é fundacional, enquanto o “normativo” é instável (Butler, 1993b).

Essa ênfase na “oposição ao normativo” (uma posição repetida na chamada de artigos para esse volume) e na simultânea desestabilização do normativo são aspectos da teoria *queer* que permitem grande mobilidade interdisciplinar, enquanto possibilitam que conceitos teóricos inicialmente aplicados a questões de identidade sexual e opressão de minorias sexuais sejam mobilizados em estudos sobre outros subgrupos sociais, assim como nos estudos da palavra falada e escrita, do ambiente construído, dos objetos materiais e de outros produtos da cultura. É, como eu argumento abaixo, precisamente essa ênfase na normatividade e na oposição que apresenta tanto oportunidades quanto desafios para arqueólogas/os engajadas/os nos estudos de sexualidades passadas.

## **INTERSEÇÕES: CONEXÕES ENTRE ARQUEOLOGIA E TEORIAS FEMINISTAS DA SEXUALIDADE**

Essas breves histórias revelam que a arqueologia feminista e a teoria *queer* compartilham certos marcadores temporais: ambas foram fundadas sobre os feminismos políticos e acadêmicos do final da década de 1970 e início da década de 1980, ambas emergiram em oposição ao clima político e intelectual do começo e meio dos anos 1980, e, depois de um período de exploração incerta, ambas alcançaram um grau de legitimidade acadêmica e popularidade no início dos anos 1990. É claro que essa narrativa histórica pode ser indevidamente influenciada pela tendência arqueológica de interpretar desenvolvimentos culturais através do modelo “formativo/pré-clássico/clássico/pós-clássico”. No entanto, eu sugiro que a teoria *queer* e a arqueologia feminista compartilharam, de certa forma, desenvolvimentos



cronológicos paralelos.

Apesar de suas trajetórias paralelas, a teoria *queer* e a arqueologia feminista estiveram raramente em diálogo uma com a outra. A teoria *queer*, fundamentada em movimentos de ativismo político de base, como o *Queer Nation* (Berlant; Freeman, 1993), emergiu como reação aos desafios particulares da política sexual durante a década neoconservadora de 1980, enquanto a arqueologia feminista surgiu essencialmente dentro da academia como uma crítica às práticas e interpretações arqueológicas androcêntricas. Contudo, várias das arqueólogas envolvidas na gênese da arqueologia feminista eram (e ainda são) elas próprias ativistas feministas, preocupadas não apenas com as representações de gênero no passado, mas também com a política de gênero e de sexualidade no presente (Hanen; Kelley, 1992; Wylie, 1991). Quais, então, eram as interseções entre a crescente teorização feminista da sexualidade nos anos 1980 e a emergência da arqueologia feminista? Até que ponto a teoria *queer* informou as arqueologias feministas nos anos recentes? (2).

Para considerar essas questões, eu revisei bibliografias de estudos arqueológicos feministas publicados nas décadas de 1980 e 1990. Práticas citacionais são uma forma pela qual acadêmicas/os reconhecem sua influência intelectual e se posicionam dentro do campo mais amplo da academia, e, portanto, bibliografias fornecem uma medida imperfeita da extensão até onde determinadas escolas de pensamento estão sendo consultadas e invocadas por estudiosos em diversos subcampos. Minha revisão se concentrou, prioritariamente, sobre nove volumes organizados e anais que haviam sido produzidos por meio de conferências, simpósios e séries de palestras (Balme; Beck, 1995; Claassen, 1992a; Claassen; Joyce, 1997; Du Cros; Smith, 1993; Gero; Conkey, 1991; Miller, 1988; Moore; Scott, 1997; Walde; Willows, 1991; Wright, 1996). Como vários desses volumes eram limitados a estudos sobre a pré-história,<sup>8</sup> eu também revisei o dossiê sobre gênero da *Historical Archaeology* (vol. 25, n. 4) e duas monografias (Spector, 1993; Wall, 1994), para melhorar a representação da arqueologia histórica dentro da amostra. Por fim, eu incluí o artigo de Conkey e Spector, de 1984, assim como três sínteses da arqueologia feminista publicadas recentemente (Conkey; Gero, 1997; Gilchrist, 1999;

<sup>8</sup>(N.T) No Brasil, este termo tem sido cada vez mais alvo de discussões, sendo mais comum o emprego do termo “pré-colonial” para se referir aos períodos anteriores à invasão europeia.

Nelson, 1997). Juntas, essas fontes representam 220 ensaios, artigos ou monografias por autoras/es que identificam seu trabalho como arqueologia feminista e/ou de gênero. Embora uma amostra como essa não pretenda ser exaustiva, ou sequer representativa estatisticamente (por exemplo, poucos artigos de jornais estão incluídos), ela inclui artigos distribuídos de forma ampla geograficamente e temporalmente, indo de 1984 a 1999, e abarcando autores dos Estados Unidos, da Austrália, do Canadá e do Reino Unido. Revisando esses trabalhos, eu notei citações pertencentes a três categorias: primeiramente, trabalhos pioneiros sobre sexualidade, escritos por intelectuais feministas, gays e lésbicas, datando dos anos 1970 e início dos anos 1980; em segundo lugar, literatura em torno das “guerras sexuais” de meados da década de 1980; e, em terceiro lugar, o emergente cânone da teoria *queer*, cujos padrões de referência incluem publicações como *Epistemologia do armário* (1990), de Sedgwick, e *Problemas de Gênero* (1990), de Butler (3).

Antes de iniciar esse exercício, eu esperava identificar duas tendências: primeiro, que arqueólogas feministas raramente se engajaram (se alguma vez o fizeram) com trabalhos não arqueológicos sobre sexualidade; e, em segundo lugar, que seria apenas nos últimos anos que a teoria *queer* teria entrado no discurso arqueológico feminista. Ambas as minhas suposições estavam erradas. Eu descobri que 18% dos 220 trabalhos revisados citavam um ou mais trabalhos que se encaixavam em uma das três categorias descritas acima. Esse percentual não aumentou ou caiu acentuadamente ao longo do tempo, mas oscilou dentro de uma faixa razoavelmente estável de 10% a 25% de ano a ano. Isso sugere que, enquanto a sexualidade não tem sido um tópico central da interpretação arqueológica (Voss; Schmidt, 2000), as/os arqueólogas/os tem, pelos últimos 15 anos, considerado consistentemente a sexualidade como um aspecto importante da pesquisa focada em gênero.

Em segundo lugar, eu descobri que a relação entre teoria *queer* e arqueologia feminista é, ainda que desigual, de modo algum ausente. Embora quase nenhum dos trabalhos que eu revisei mencionasse publicações geradas durante as “guerras sexuais” do meio dos anos 1980, publicações de “teoria *queer*” por Foucault (especialmente *História da Sexualidade* [1978]), Butler (tanto *Problemas de Gênero* [1990] quanto *Corpos que importam* [1993a]) e Grosz (*Sexual Subversions* [1989]) e

*Sexy Bodies* [1995, com Probyn]) foram citados com frequência. Citações de teoria *queer* eram especialmente comuns em introduções a volumes organizados e anais de conferências, e raras em estudos de caso arqueológicos, sugerindo que a teoria *queer* foi utilizada predominantemente para teorizar o projeto arqueológico feminista como um todo, e não para interpretar evidências arqueológicas.

Por fim, os artigos e monografias que revisei baseavam-se, majoritariamente, em uma fonte, *Sexual Meanings* (1981), de Ortner e Whitehead, que respondia por aproximadamente 30% de todas as citações sobre sexualidade observadas. Sendo uma coletânea de estudos de caso antropológicos gerada na metade dos anos 1970, a maior parte (mas não todos) dos trabalhos de tema livre em *Sexual Meanings* é focada em sociedades de bando, tribo ou cacicado<sup>9</sup> (1981), interpretam gênero e sexualidade através de uma ênfase em construtos simbólicos e no modelo de sistema sexo/gênero (1981, p. 1–9), e enfatizam “considerações de poder hierárquico e prestígio diferenciado entre homens e mulheres” (Gilchrist, 1999, p. 8). A relevância de *Sexual Meanings* como fonte sobre sexualidade para a pesquisa arqueológica inspirada no feminismo não diminuiu com o tempo, parecendo ser tão forte no final dos anos 1990 quanto era na primeira década de investigação arqueológica feminista. As persistentes referências a *Sexual Meanings* podem indicar um grau de conservadorismo teórico na arqueologia feminista no que concerne concepções de sexualidade e sua relação com gênero. Como Roberts notou, “o paradoxo é que aqueles interessados em uma arqueologia de gênero não podem bancar um questionamento dos pressupostos estruturais e dos paradigmas da prática de pesquisa” (1993, p. 18). Em outras palavras, é difícil para aquelas/es arqueólogas/os feministas que estão ocupadas/os simultaneamente em legitimar e em desenvolver estudos de gênero, adotar teorias *queer* que desconstroem gênero e sexualidade. Por exemplo, a posição de Butler de que o “sexo biológico” é uma prática discursiva regulatória (Butler, 1993a, p. 1) poderia ser vista como contestação dos estudos arqueológicos de gênero que usam indícios físicos para atribuir um “sexo” a restos mortais ósseos de humanos. Desconstruções de sexo e gênero desestabilizam precisamente essas categorias (masculino, feminino, mulher, homem) que são necessariamente invocadas para modelar mundos sociais gendrados do passado (4).

---

<sup>9</sup>(N.T) Estes termos têm sido criticados mais recentemente na Antropologia, tendo em vista que marcam uma visão do desenvolvimento das sociedades em etapas, de conteúdo colonialista.

O medo de apagar ou comprometer “gênero” enquanto categoria de análise arqueológica pode explicar a aparente relutância de muitas/os pesquisadoras/es arqueológicas/os, consistentemente e criticamente, de se engajar com a teoria *queer*.

Ao mesmo tempo, há também aspectos da teoria *queer* que resistem à sua importação generalizada para a Arqueologia. As teorias feministas sobre sexualidade que emergiram durante a política sexual particular dos anos 1980 e 1990 abordaram as condições de subculturas sexuais modernas, ocidentais e predominantemente urbanas. Rubin nota, particularmente, que a organização do gênero e da sexualidade como “duas arenas distintas da prática social” (1984, p. 308) pode ser específica das sociedades industriais ocidentais. O apelo duradouro do modelo do sistema sexo/gênero dentro da arqueologia feminista pode ser devido ao fato de que ele é, por vezes, uma abordagem mais apropriada, ainda que imperfeita, para considerar sexualidade e gênero em culturas pré-industriais e baseadas em parentesco (Rubin, 1975). De forma semelhante, teóricos *queer* tendem a enfatizar análises de textos ficcionais, cinema e outras representações, no lugar da pesquisa histórica ou de ciências sociais (Rubin, 1994, p. 93) – o que o historiador Duggan nomeou como “o problema da disciplina” (1995) (5). Cerâmicas quebradas, restos de fauna, estruturas colapsadas, sepultamentos, resíduos de solo e outras fontes de evidência na arqueologia raramente se parecem com os trabalhos literários ou filmes que frequentemente formam a base da análise da teoria *queer* (ex. Butler, 1993a). Não é sempre imediatamente aparente como aplicar para o registro arqueológico metodologias de leitura desenvolvidas para textos culturais modernos.

Por causa da especificidade temporal e geográfica da teoria *queer*, arqueólogas/os tem contribuições importantes a fazer no desenvolvimento de teorias de gênero e sexualidade que podem ser aplicadas à evidência material e que são apropriadas para a análise de culturas não “ocidentais” e não “modernas”. A Arqueologia enfrenta o desafio peculiar de esticar as teorias da sexualidade em novas direções culturais e cronológicas, e de investigar os limites culturais e representacionais das distinções entre gênero e sexualidade. Ainda que nem as teorias feministas e nem as teorias *queer* devam ser aplicadas incondicionalmente ao passado, juntas elas fornecem ferramentas poderosas que podem ampliar as interpretações arqueológicas de sexualidades passadas.

## AGRADECIMENTOS

Esse material é baseado em um trabalho apoiado por uma bolsa de pós-graduação da National Science Foundation. Meus agradecimentos a Meg Conkey, Alison Wylie, Liz Perry, Rob Schmidt, El Casella, Masha Raskolnikov, Deb Cohler e Amy Ramsay, cujo apoio e comentários perspicazes aperfeiçoaram grandemente este texto.  
*Departamento de Antropologia, University of California, Berkeley, California, 94720*

## NOTAS DA AUTORA

1. Esses debates são, talvez, melhor exemplificados por duas publicações lésbicas contraditórias sobre sadomasoquismo – *Coming to Power* (SAMOIS, 1982) e *Against sadomasochism* (Linden *et al.*, 1982) – e pelas controvérsias sobre o papel de casas de banho masculinas gays em campanhas de sexo seguro e na transmissão do HIV (ex. Bayer, 1989: cap. 2; Berube, 1996; Dangerous Bedfellows, 1996). Excelentes recursos sobre esse período incluem *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality* (Vance, 1984), *Powers of Desire: The Politics of Sexuality* (Snitow *et al.*, 1983) e *Sex Wars: Sexual Dissent and Political Culture* (Duggan; Hunter, 1995).
2. Alguém poderia perguntar também, é claro, até onde a arqueologia feminista afetou as nascentes teorizações feministas sobre sexualidade. Contudo, minhas leituras sugerem que intelectuais feministas de fora da arqueologia não estão familiarizadas com projetos arqueológicos feministas, um ponto percebido também por Conkey e Gero (1997: 424–5 – mas ver Rubin [2000] para uma rara exceção). Isso ocorre em parte porque só recentemente o trabalho arqueológico feminista está se tornando visível para audiências interdisciplinares através de monografias sobre o assunto (ex. Gilchrist, 1994; Spector, 1993; Wall, 1994) e a presença de estudos de caso arqueológicos e revisões em coletâneas e revistas multidisciplinares (ex. Bahn, 1992; Conkey; Tringham, 1995; Conkey; Williams, 1991; Gero, 1988; Wright, 2000).

3. Dados e tabulações dessa revisão bibliográfica estão arquivados com a autora.
4. Destaco, contudo, que algumas/alguns arqueólogas/os feministas (ex. Joyce, 1996, 2000) notaram que modelos de performatividade de gênero e outras abordagens desconstrutivas de gênero na verdade aumentam a “visibilidade” arqueológica de identidades e práticas gendradas pré-históricas.
5. Com isso em mente, não é surpreendente que um dos usos mais notáveis da teoria *queer* na arqueologia, atualmente, esteja na interpretação de imagens representacionais recuperadas arqueologicamente, como nos trabalhos de Joyce (1996, 2000), Meskell (1996, 1998, 2000) e Vasey (1998) sobre imagens do corpo na Mesoamérica, Egito e Europa pré-históricas, respectivamente.

## REFERÊNCIAS

- BAHN, P. G. 1992. Review of engendering archaeology. *Journal of Gender Studies*, 1: 338–44.
- BALME, J. and Beck, W. (eds) 1995. *Gendered Archaeology: The Second Australian Women in Archaeology Conference*. Canberra: Australian National University Publications.
- BAYER, R. 1989. *Private Acts, Social Consequences: AIDS and the Politics of Public Health*. New York: The Free Press.
- BERLANT, L. and Freeman, E. 1993. Queer nationality. In *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory* (ed. M. Warner). Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 193–229.
- BERUBE, A. 1996. The history of gay bathhouses. In *Policing Public Sex* (ed. D. Bedfellows). Boston, MA: South End Press, pp. 187–221.
- BLAND, L. and Doan, L. (eds) 1998. *Sexology in Culture: Labeling Bodies and Desires*. Chicago: University of Chicago Press.
- BRUMFIEL, E. M. 1991. Weaving and cooking: women’s production in Aztec Mexico. In *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 224–54.

BRUMFIEL, E. 1992. Distinguished lecture in archaeology: breaking and entering the ecosystem – gender, class, and faction steal the show. *American Anthropologist*, 91: 551–67.

BUTLER, J. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge. Butler, J. 1993a. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. London: Routledge.

BUTLER, J. 1993b. Imitation and gender insubordination. In: *The Lesbian and Gay Studies Reader* (eds H. Abelove, M. A. Barale and D. Halperin). New York: Routledge, pp. 307–20.

CLAASSEN, C. P. 1991. Gender, shellfishing, and the shell mound archaic. In *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 276–300.

CLAASSEN, C. (ed.) 1992a. *Exploring Gender through Archaeology: Selected Papers from the 1991 Boone Conference*. Madison, WI: Prehistory Press.

CLAASSEN, C. 1992b. Questioning gender: an introduction. In *Exploring Gender through Archaeology: Selected Papers from the 1991 Boone Conference* (ed. C. Claassen). Madison, WI: Prehistory Press, pp. 1–10.

CLAASSEN, C. and Joyce, R. A. (eds) 1997. *Women in Prehistory: North America and Mesoamerica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

CONKEY, M. W. and Gero, J. 1991. Tensions, pluralities, and engendering archaeology: an introduction to women and prehistory. In *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 3–30.

CONKEY, M. W. and Gero, J. 1997. From programme to practice: gender and feminism in archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 26: 411–37.

CONKEY, M. W. and Spector, J. D. 1984. Archaeology and the study of gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7: 1–32.

CONKEY, M. W. and Tringham, R. E. 1995. Archaeology and the goddess: exploring the contours of feminist archaeology. In *Feminisms in the Academy* (eds D. C. Stanton and A. J. Stewart). Ann Arbor: University of Michigan Press, pp. 199–247.

CONKEY, M. W. with Williams, S. H. 1991. Original narratives: the political economy of gender in archaeology. In *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era* (ed. M. d. Leonardo). Berkeley: University of California Press, pp. 102–39.

CONKEY, M. W. and Wylie, A. 1999. Summary of 'Doing archaeology as a feminist: moving from theory to practice'. Newsletter of the Women in Archaeology Interest Group, Society for American Archaeology, 1(2): 3–4.

- CRIMP, D. and Rolston, A. 1990. *AIDS Demo Graphics*. Seattle: Bay Press.
- Dangerous Bedfellows (eds) 1996. *Policing Public Sex: Queer Politics and the Future of AIDS Activism*. Boston, MA: South End Press.
- DE LAURETIS, T. 1991. *Queer theory: lesbian and gay sexualities: an introduction*. *Differences*, 3(2): iii–xviii.
- DEAGAN, K. (ed.) 1983. *Spanish St. Augustine: The Archaeology of a Colonial Creole Community*. New York: Academic Press.
- DU CROS, H. and Smith, L. (eds) 1993. *Women in Archaeology: A Feminist Critique*. Canberra: Department of Prehistory, The Australian National University.
- DUGGAN, L. 1995. The discipline problem: queer theory meets lesbian and gay history. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 2(3): 179–92.
- DUGGAN, L. and Hunter, N. D. (eds) 1995. *Sex Wars: Sexual Dissent and Political Culture*. New York: Routledge.
- EHRENBERG, M. 1989. *Women in Prehistory*. London: British Museum Publications.
- FOUCAULT, M. 1978. *The History of Sexuality*, Vol. I: An Introduction (trans. Robert Hurley). New York: Pantheon.
- GERO, J. M. 1988. Gender bias in archaeology: here, then, and now. In: *Feminism within the Science and Health Care Professions: Overcoming Resistance* (ed. S. V. Rosser). New York: Pergamon Press, pp. 33–43.
- GERO, J. 1991. Genderlithics: women's roles in stone tool production. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 163–93.
- GERO, J. M. and Conkey, M. W. (eds) 1991. *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*. Cambridge, MA: Blackwell.
- GIBB, J. G. and King, J. A. 1991. *Gender, activity areas, and homelots in the 17th century Chesapeake region*. *Historical Archaeology*, 25(4): 109–31.
- Gilchrist, R. 1994. *Gender and Material Culture: The Archaeology of Religious Women*. New York: Routledge.
- GILCHRIST, R. 1999. *Gender and Archaeology: Contesting the Past*. London: Routledge.
- Grosz, E. A. 1989. *Sexual Subversions: Three French Feminists*. Sydney: Allen & Unwin.
- GROSZ, E. A. and Probyn, E. (eds) 1995. *Sexy Bodies: The Strange Carnalities of Feminism*. London: Routledge.
- HANEN, M. P. and J. Kelley 1992. Gender and archaeological knowledge. In: *Metaarchaeology* (ed. L. Embree). Boston, MA: Reidel, pp. 195–227.



HARDING, S. 1986. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

HARDING, S. 1987. Introduction: is there a feminist method? In: *Feminism and Methodology: Social Science Issues* (ed. S. Harding). Bloomington: Indiana University Press, pp. 1–14.

HASTORF, C. A. 1991. Gender, space, and food in prehistory. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 132–62.

JACKSON, T. L. 1991. Pounding acorn: women's production as social and economic focus. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 301–28.

JAGGER, A. M. *Feminist Politics and Human Nature*. Sussex: Rowman & Allanheld, 1983.

JOYCE, R. A. 1996. The construction of gender in classic Maya monuments. In: *Gender and Archaeology* (ed. R. P. Wright). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 167–98.

JOYCE, R. 2000. A Precolumbian gaze: male sexuality among the Ancient Maya. In: *Archaeologies of Sexuality* (eds R. A. Schmidt and B. L. Voss). London: Routledge, in press.

JOYCE, R. A. and Claassen, C. 1997. Women in the ancient Americas: archaeologists, gender, and the making of prehistory. In: *Women in Prehistory: North America and Mesoamerica* (eds C. Claassen and R. A. Joyce). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 1–14.

KATZ, J. 1976. *Gay American History: Lesbians and Gay Men in the U.S.A.* New York: Thomas Crowell.

LINDEN, R. R., Pagano, D. R., Russell, D. E. H. and Star, S. L. (eds) 1982. *Against Sodomasochism: A Radical Feminist Analysis*. East Palo Alto, CA: Frog. The Well Press.

MESKELL, L. 1996. The somatization of archaeology: institutions, discourses, corporeality. *Norwegian Archaeological Review*, 29(1): 2–16.

MESKELL, L. 1998. An archaeology of social relations in an Egyptian village. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 5(3): 209–43.

MESKELL, L. 2000. Reem(bed)ing sex: domesticity, sexuality, and ritual in New Kingdom Egypt. In: *Archaeologies of Sexuality* (eds R. A. Schmidt and B. L. Voss). London: Routledge, in press.

MILLER, V. E. (ed.) 1988. *The Role of Gender in Precolumbian Art and Architecture*. Washington, DC: University Press of America.

MOORE, J. and Scott, E. (eds) 1997. *Invisible People and Processes: Writing Gender and Childhood into European Archaeology*. London: Leicester University Press.

NELSON, S. M. 1997. *Gender in Archaeology: Analyzing Power and Prestige*. Walnut Creek, CA: Altamira Press.

ORTNER, S. B. and Whitehead, H. (eds) 1981. *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.

REITER, R. R. (ed.) 1975. *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.

ROBERTS, C. 1993. A critical approach to gender as a category of analysis in archaeology. In: *Women in Archaeology: A Feminist Critique* (eds H. du Cros and L. Smith). Canberra: Department of Prehistory, The Australian National University, pp. 16–21.

ROSALDO, M. Z. and Lamphere, L. (eds) 1974. *Women, Culture, and Society*. Stanford, CA: Stanford University Press.

ROWBOTHAM, S. and Weeks, J. 1977. *Socialism and the New Life: The Personal and Sexual Politics of Edward Carpenter and Havelock Ellis*. London: Pluto Press.

RUBIN, G. 1975. The traffic in women: notes on the 'Political Economy' of sex. In: *Toward an Anthropology of Women* (ed. R. R. Reiter). New York: Monthly Review Press, pp. 157–210.

RUBIN, G. 1984. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality* (ed. C. S. Vance). London: Pandora, pp. 267–319.

RUBIN, G. 1994. Sexual traffic: an interview with Judith Butler. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 6(2 + 3): 62–99.

RUBIN, G. 2000. Sites, settlements, and urban sex: archaeology and the study of gay leathermen in San Francisco, 1955–1995. In: *Archaeologies of Sexuality* (eds R. A. Schmidt and B. L. Voss). London: Routledge, in press.

SAMOIS (ed.), 1982. *Coming to Power: Writings and Graphics on Lesbian S/M*. Boston, MA: Alyson Publications.

SCHMIDT, R. A. and Voss, B. L. (eds) 2000. *Archaeologies of Sexuality*. London: Routledge. Sedgwick, E. K. 1990. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press. Seifert, D. J. (ed.) 1991. *Historical Archaeology: Gender in Historical Archaeology*, 25(4).

SMITH-ROSENBERG, C. 1979. The female world of love and ritual: relations between women in nineteenth-century America. In: *A Heritage of Her Own* (eds N. F. Cott and E. H. Pleck). New York: Simon & Schuster, Touchstone, pp. 311–42.

SNITOW, A., Stansell, C. and Thompson, S. (eds) 1983. *Powers of Desire: The Politics of Sexuality*. New York: Monthly Review Press.

SPECTOR, J. D. 1991. What this awl means: toward a feminist archaeology. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 388–406.

SPECTOR, J. D. 1993. *What This Awl Means: Feminist Archaeology at a Wahpeton Dakota Village*. St. Paul, Minnesota: Minnesota Historical Society Press.

VANCE, C. S. (ed.) 1984. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. New York: Routledge & Kegan Paul.

VASEY, P. L. 1998. Intimate sexual relations in prehistory: lessons from the Japanese Macaques. *World Archaeology*, 29(3): 407–25.

VOSS, B. L.; Schmidt, R. A. 2000. Archaeologies of sexuality: an introduction. In: *Archaeologies of Sexuality* (eds R. A. Schmidt and B. L. Voss). London: Routledge, in press.

WALDE, D.; Willows, N. D. (eds) 1991. *The Archaeology of Gender: Proceedings of the Twenty- Second Annual Conference of the Archaeological Association of the University of Calgary*. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary.

WALL, D. de 1994. *The Archaeology of Gender: Separating the Spheres in Urban America*. New York: Plenum Press.

WARNER, M. (ed.) 1993. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

WATSON, P. J.; Kennedy, M. C. 1991. The development of horticulture in the eastern woodlands: women's role. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 255–75.

WEEKS, J. 1977. *Coming Out: Homosexual Politics in Britain from the Nineteenth Century to the Present*. London: Quartet.

Wright, R. P. 1991. Women's labor and pottery production in prehistory. In: *Engendering Archaeology: Women and Prehistory* (eds J. M. Gero and M. W. Conkey). Cambridge, MA: Blackwell, pp. 194–223.

WRIGHT, R. P. (ed.) 1996. *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

WRIGHT, R. P. 2000. Digging women: feminism comes to archaeology. *The Women's Review of Books*, 17(5): 18–19.

WYLIE, A. 1991. Feminist critiques and archaeological challenges. In: *The Archaeology of Gender: Proceedings of the Twenty-Second Annual Conference of the Archaeological Association of the University of Calgary* (eds D. Walde and N. D. Willows). Calgary: Archaeological Association of

the University of Calgary, pp. 17–23.

WYLIE, A. 1992. Reasoning about ourselves: feminist methodology in the social sciences. In: *Women and Reason* (eds E. Harvey and K. Okruhlik). Ann Arbor: University of Michigan Press, pp. 225–44.

WYLIE, A. 1996. The constitution of archaeological evidence: gender politics and science. In: *The Disunity of Science: Boundaries, Contexts, Power* (eds P. Galison and D. J. Stump). Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 311–43.

WYLIE, A. 1997a. Good science, bad science, or science as usual? Feminist critiques of science. In: *Women and Human Evolution* (ed. L. D. Hager). London: Routledge, pp. 29–55.

WYLIE, A. 1997b. The engendering of archaeology: refiguring feminist science studies. *Osiris*, 12: 80–99.

WYLIE, A. in press. Doing social science as a feminist: the engendering of archaeology. In: *Science, Medicine, Technology: The Difference Feminism Has Made* (eds A. N. H. Creager, E. Lunbeck, L. Schiebinger). Chicago: University of Chicago Press, in press.

Recebido em:10/01/2021

Aprovado em 15/05/2021